

Recesso do Congresso deve ser adiado

■ Legislativo vai trabalhar mais uma semana e votar a MP do real antes da LDO

CARMEN KOZAK

BRASÍLIA — O recesso do Congresso Nacional, que pela Constituição deveria começar sexta-feira, deverá ser adiado por uma semana para evitar uma convocação extraordinária. O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), está negociando com os líderes partidários o adiamento do início do recesso para que a edição da medida provisória sobre o real não exija uma convocação.

A solução proposta por Inocêncio é o adiamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Segundo a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois de aprovada a LDO. Por isso, o presidente da Câmara está propondo que o projeto só seja votado na próxima semana.

Caso os líderes partidários concordem com a proposta, até o dia 5 de julho será instalada a comissão especial que vai analisar a MP do real. "Instalada essa comissão, não há mais problemas e o Congresso pode entrar em recesso sem risco de convocação extraordinária", afirmou Inocêncio. A MP só seria votada em plenário no fim de julho, o que, segundo Inocêncio, geraria uma "despesa mínima" com a convocação dos parlamentares: "É uma convocação de apenas um dia". E talvez nem seja necessária a convocação porque, reeditada a MP do Real no dia 30 de julho, ela poderia ser votada com o Congresso já em funcionamento.

Agenda — Em ritmo de Copa do Mundo, campanha e plano econômico, o Congresso tem agenda bastante esvaziada para essa sema-



Inocêncio negociará com os líderes o início do recesso só no dia 11

na. Devido ao jogo Brasil X Suécia, hoje, as votações importantes foram marcadas para amanhã.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara julga o processo contra o deputado Paulo Portugal (PP-RJ), acusado pela CPI do Orçamento de desviar recursos das subvenções sociais. O pedido de cassação de Portugal é o último processo contra parlamentares acusados de irregularidades no Orçamento. Inocêncio quer que o julgamento em plenário aconteça na quinta-feira.

Amanhã, a Câmara tenta votar os projetos que tratam de mudanças na lei eleitoral. Inocêncio vai

tentar convencer os líderes a aprovar o uso de duas urnas nas eleições de 3 de outubro. Na semana passada, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Sepúlveda Pertence, convenceu-o da vantagem das duas urnas.

O ministro garantiu que não será privilegiada a apuração dos votos para as eleições majoritárias (presidente da República, senadores e governadores). O TSE, informou Sepúlveda, vai determinar a instalação de duas juntas apuradoras: uma para as majoritárias e outra para as proporcionais (deputados federais, estaduais e distritais).

Arnildo Schulz — 3/2/94